



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ATUARIAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

ARTHUR FELLIPE MEDEIROS BASILIO

**A aplicabilidade do Princípio da Entidade, Governança e Sucessão Empresarial
nas MPMEs**

Recife
2025

ARTHUR FELLIPE MEDEIROS BASILIO

**A aplicabilidade do Princípio da Entidade, Governança e Sucessão Empresarial
nas MPMEs**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Ciências
Contábeis da Universidade Federal de
Pernambuco – UFPE, como requisito
parcial para obtenção do grau de Bacharel
em Ciências Contábeis.

Orientador (a): Prof. Dr. Raimundo Nonato Rodrigues

Recife

2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Basilio, Arthur Fellipe Medeiros.

A aplicabilidade do princípio da entidade, governança e sucessão empresarial nas MPMEs / Arthur Fellipe Medeiros Basilio. - Recife, 2025.

44 p. : il., tab.

Orientador(a): Raimundo Nonato Rodrigues

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Contábeis - Bacharelado, 2025.

Inclui apêndices.

1. Micro, pequenas e média empresas (MPMEs). 2. Princípio da Entidade. 3. Contabilidade. 4. Governança Corporativa. 5. Sucessão Empresarial. I. Rodrigues, Raimundo Nonato. (Orientação). II. Título.

330 CDD (22.ed.)

FOLHA DE APROVAÇÃO

ARTHUR FELLIPE MEDEIROS BASILIO

A aplicabilidade do Princípio da Entidade, Governança e Sucessão Empresarial nas MPMEs

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Aprovado em 31 de março de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Raimundo Nonato Rodrigues
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Jeronymo José Libonati
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Cláudio de Araújo Wanderley
Universidade Federal de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

Apesar de muita coisa que se é possível conquistar na vida, nada é mais valioso do que as pessoas que nos cercam.

Agradeço a minha mãe, Michella, meu pai, Flávio, meus avós, Luzinete e Sales e minhas tias, Lucylla e Katharine, por me ensinarem desde o berço o significado das coisas mais importantes que alguém pode aprender: família e amor. Graças a vocês fui presenteado com amor incondicional e muito apoio. Sou muito grato por ter vocês.

Agradeço a minha namorada e melhor amiga, Maysa, por estar comigo há 6 anos, compartilhando a vida. Pra mim, a felicidade é onde você está. Sou agraciado por ter uma pessoa de tamanho coração como você em minha vida. Nessa trajetória, você foi a melhor pessoa que poderia ter me acompanhado.

Agradeço a todos os meus amigos. Aqueles que estão comigo desde a escola, aqueles que conheci na faculdade e aqueles que estão presentes diariamente comigo em meu trabalho. Vocês tornam a vida mais fácil de ser vivida.

Agradeço a o meu orientador, professor Raimundo Nonato, pela sua atenção por me auxiliar na produção deste trabalho.

Por fim, agradeço a toda minha persistência e dedicação. Não foram anos fáceis, mas em nenhum momento pensei em desistir.

RESUMO

A maior parte dos empreendimentos no Brasil são as micro, pequenas e médias empresas (MPMEs), que desempenham um papel crucial no cenário social e econômico do país. Diante disso, este trabalho tem como objetivo verificar a aplicabilidade do princípio da entidade e de elementos de governança corporativa na busca da eficiência dos resultados dos negócios. A partir do objetivo traçado, adotou-se uma metodologia com abordagem quantitativa e qualitativa, que envolveu pesquisa bibliográfica ampla e aplicação de um questionário para gestores de MPMEs. Os resultados obtidos a partir da aplicação do questionário para 16 gestores de empresas localizadas em Pernambuco e no Rio Grande do Norte demonstraram que muitos gestores possuem pouco conhecimento sobre o princípio da entidade e o conceito de governança corporativa. No entanto, após uma explicação sobre os conceitos, os participantes reconheceram a importância da separação entre o patrimônio pessoal e o empresarial, assim como os benefícios das boas práticas contábeis e de governança corporativa. Além disso, a maioria das empresas da amostra não possui um setor contábil estruturado, o que pode dificultar uma gestão financeira. Ademais, poucos gestores acreditam plenamente que suas empresas estão preparadas para uma sucessão empresarial sem dificuldades. Em síntese, o estudo ressalta a importância do conhecimento e da aplicação de princípios contábeis e de conceitos de governança corporativa para uma gestão mais eficiente e sustentável das MPMEs.

Palavras-chave: micro, pequenas e médias empresas (MPMEs); princípio da entidade; contabilidade; governança corporativa.

ABSTRACT

The majority of businesses in Brazil are micro, small and medium-sized enterprises (MSMEs), which play a crucial role in the country's social and economic scenario. In view of this, the objective of this study is to verify the applicability of the entity principle and elements of corporate governance in the search for efficient business results. Based on the objectives set, a quantitative and qualitative methodology was adopted, involving extensive bibliographical research and the application of a questionnaire to managers of MSMEs. The results obtained from applying the questionnaire to 16 managers of companies located in Pernambuco and Rio Grande do Norte showed that many managers have little knowledge of the entity principle and the concept of corporate governance. However, after an explanation of the concepts, the participants recognized the importance of separating personal and business assets, as well as the benefits of good accounting and corporate governance practices. In addition, most of the companies in the sample do not have a structured accounting department, which can make financial management difficult. Furthermore, few managers fully believe that their companies are prepared for a smooth business succession. In summary, the study emphasizes the importance of knowledge and application of accounting principles and corporate governance concepts for more efficient and sustainable management of MSMEs.

Keywords: micro, small and medium-sized enterprises (MSMEs); entity principle; corporate governance; accounting.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Questões Ambientais, Sociais e de Governança que impactam o valor das organizações e de investimentos.....	17
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Faixas etárias dos participantes da pesquisa.....	22
Gráfico 2 - Grau de escolaridade dos gestores participantes.....	23
Gráfico 3 - Porte das empresas.....	23
Gráfico 4 - Tempo que as empresas são geridas pelos participantes.....	24
Gráfico 5 - Percentual da troca de informações/realização de reuniões com o setor contábil entre os respondentes.....	25
Gráfico 6 - Percentual da produção de relatórios por tipo.....	25
Gráfico 7 - Frequência de produção dos relatórios.....	26
Gráfico 8 - Detalhamento das respostas das perguntas acerca do papel da contabilidade.....	26
Gráfico 9 - Nível de conhecimento sobre o conceito de “princípio da entidade” dos participantes.....	27
Gráfico 10 - Detalhamento das respostas das perguntas sobre a concordância e aplicabilidade do princípio da entidade.....	28
Gráfico 11 - Nível de conhecimento sobre o conceito de “ESG” dos participantes....	28
Gráfico 12 - Detalhamento das respostas sobre a aplicabilidade do conceito de ESG em MPMEs.....	29
Gráfico 13 - Detalhamento das respostas sobre o conhecimento do termo “governança corporativa”.....	30
Gráfico 14 - Detalhamento das respostas sobre a adoção da governança corporativa trazer benefícios para as decisões empresariais.....	30
Gráfico 15 - Detalhamento das respostas sobre a adoção de regras da governança corporativa trazer benefícios para as decisões empresariais.....	31
Gráfico 16 - Opinião dos gestores sobre a sua preparação para uma sucessão empresarial.....	32
Gráfico 17 - Detalhamento das respostas sobre questões de organização financeira.....	33

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
1.1. PROBLEMA DE PESQUISA.....	10
1.2. JUSTIFICATIVA.....	12
1.3. OBJETIVOS.....	13
1.3.1. Objetivo Geral.....	13
1.3.2. Objetivos Específicos.....	13
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	14
2.1. MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS (MPMEs).....	14
2.2. PRINCÍPIO DA ENTIDADE.....	15
2.3. AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA - ESG.....	16
2.4. SUCESSÃO EMPRESARIAL E GOVERNANÇA CORPORATIVA.....	18
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	20
4. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS.....	22
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	34
REFERÊNCIAS.....	36
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO PARA GESTORES DE MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS.....	40

1. INTRODUÇÃO

A Ciência Contábil é parte essencial de toda e qualquer organização, gerando informações úteis e relevantes, podendo ser definida como “metodologia especialmente concebida para captar, registrar, acumular, resumir e interpretar os fenômenos que afetam as situações patrimoniais, financeiras e econômicas de qualquer ente” (Iudícibus *et al.*, p. 1, 2019).

Enquanto ciência, a contabilidade possui princípios fundamentais, essenciais para o desenvolvimento do trabalho e o exercício da profissão. De um total de sete princípios, o primeiro é o da Entidade, que tem como objeto de estudo a autonomia financeira e patrimonial das empresas. De acordo com a resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) de nº 750/1993, que dispõe sobre os Princípios Fundamentais de Contabilidade (PFC), não deve haver conflitos entre patrimônios dos sócios, proprietários ou acionistas com o patrimônio da pessoa jurídica.

É pertinente observar que, nas Pequenas e Médias Empresas (PMEs), frequentemente existem conflitos entre as finanças pessoais e empresariais dos gestores. Essa situação ressalta a importância do princípio da entidade, que estabelece a separação total entre o patrimônio das pessoas físicas e o da entidade empresarial, mesmo quando ambos são administrados pela mesma pessoa. Essa distinção é fundamental para a boa governança e sustentabilidade financeira das PMEs. Além disso, segundo dados do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Sebrae, cerca de 58% dos gestores das PMEs que decretaram falência em 2020 não tinham nenhum tipo de capacitação (Sebrae, 2023a), evidenciando a necessidade de uma formação adequada para garantir a saúde financeira e a longevidade dessas empresas.

Para se ter entendimento e realizar a escolha da melhor decisão possível dentro de uma entidade, é preciso entender sua origem. Esta, por sua vez, é representada por uma estrutura conceitual que dá utilidade, relevância e representa fidedignamente o objeto estudado, podendo assim comparar e planejar devidamente o rumo da organização, como suas finanças. De acordo com Sarquis (2021), informações de uma entidade são mais relevantes e fidedignas quando existe a possibilidade de compará-las com informações de outras entidades ou informações da mesma entidade em diferentes períodos temporais.

Segundo Santos e Ferreira (2009), as pequenas empresas são parte relevante da fatia econômica mundial, desempenhando papel crucial no

desenvolvimento nacional e internacional. Além disso, de acordo com Silva *et al.* (2022) as pequenas e médias empresas, as quais são maioria significativa dos empreendimentos brasileiros, contribuem de maneira relevante na manutenção do PIB nacional, gerando empregos e renda. A falta da utilização da contabilidade como ferramenta auxiliar na conservação das micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) torna as empresas mais suscetíveis a fechamentos definitivos, gerando um problema social no que tange ao índice de desemprego e prejudicando o desenvolvimento do país.

O conceito de governança também é um tema central na discussão sobre a sustentabilidade empresarial a longo prazo. Segundo Ramos e Martinez (2006), a governança corporativa baseia-se em princípios fundamentais, como transparência, equidade, responsabilidade, prestação de contas e conformidade com a legislação. Ainda conforme Ramos e Martinez (2006), esses princípios são essenciais para melhorar a relação entre todas as partes interessadas, sejam elas externas ou internas, por meio do uso efetivo da informação. Além disso, a adoção de modelos de governança deve caminhar em sintonia com a aplicação das leis e dos princípios contábeis, assegurando práticas éticas por parte de todos os agentes envolvidos no processo.

1.1. PROBLEMA DE PESQUISA

Conforme as resoluções de nº 750/93 e 1.111/2007 e a Norma Brasileira de Contabilidade que introduz a Estrutura Conceitual (Resolução nº 1.374/2011), publicadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o princípio da entidade, para os contabilistas é um dogma, uma verdade absoluta e que define o âmbito de atuação contábil. De uma ótica contábil, o patrimônio pertence à entidade, mas a recíproca jamais será verdadeira.

A separação entre os patrimônios da entidade e de seus gestores se faz necessária para que haja representações fidedignas, sem distorções, proporcionando o planejamento da alocação dos recursos monetários da entidade, gerando assim uma segurança financeira, convergindo para o objetivo principal de toda entidade privada, que é a geração lucro para os sócios e acionistas. O empresário tem a obrigação de ter disciplina, responsabilidade e de, principalmente, realizar a separação dos bens pessoais dos bens empresariais, impedindo que haja conflitos (Bona, 2016).

Outro princípio da contabilidade que é essencial e anda em conjunto com o princípio da entidade é o da continuidade, que é definido por Araújo e Neto (2010) de maneira que as entidades possuem vida indeterminada. Corroborando com os autores, Marion (2020) afirma que a empresa é algo em andamento e que, se não existem indícios suficientes, não entrará em fase de liquidação¹. Quando o princípio da entidade não é obedecido, é comum que haja um descontrole financeiro, tanto a nível pessoal, quanto a nível corporativo, prejudicando a aquisição de recursos e o fluxo de caixa empresarial. Tal descontrole financeiro, quando persistente por longos períodos, proporciona a existência de vestígios que a entidade pode ter a sua continuidade afetada.

“Quanto maior o nível de controle financeiro pessoal dos empresários, maior tende em média a ser execução do princípio da entidade nas empresas.” (Pimentel; Filho, 2019, p. 46). A afirmação exemplifica e mostra a necessidade da separação patrimonial, além disso, exemplifica que responsabilidade e controle financeiro dos sócios e gestores é diretamente proporcional ao quanto a teoria da entidade é aplicada em seus empreendimentos.

Ainda segundo Pimentel e Filho (2019), os empresários das MPMEs possuem conhecimento limitado sobre o princípio da entidade, o que implica na violação do postulado. Posteriormente, os autores afirmam que “a gestão financeira pessoal poderá refletir na gestão empresarial e vice-versa” (2019, p. 46), mostrando assim que o controle financeiro pessoal implica na gestão de maneira positiva, dando assim maior possibilidade de decisões mais assertivas, como investimentos, além de proteger contra gastos abundantes e desnecessários, evitando endividamentos e mantendo a saúde financeira da entidade em boas condições.

“A presença do Contador é necessária e participativa na gestão dos negócios” (Filho; Oliveira, 2010). A partir da afirmativa e de todo o contexto apresentado, torna-se evidente que o profissional contábil é responsável por fornecer informações precisas e relevantes que embasam a tomada de decisão. Já o gestor financeiro, por sua vez, é quem assume a responsabilidade pelas escolhas e decisões financeiras realizadas com base nessas informações.

¹ A liquidação “corresponde ao período que antecede a extinção da pessoa jurídica, após ocorrida a causa que deu origem à sua dissolução, fase em que ficam suspensas todas as negociações que vinham sendo mantidas como atividade normal, continuando apenas as já iniciadas para serem ultimadas” (Brasil, 2024, p. 65)

Nas micro e pequenas empresas (MPes), a Governança Corporativa é compreendida como uma estratégia de gestão que busca otimizar a administração dos recursos para maximizar os lucros dos acionistas ou cotistas (Chagas, 2003). Em conformidade com essa afirmativa, Gubitta e Gianecchini (2002) exploram o fato de que em entidades de micro, pequeno e médio porte, o poder de decisão encontra-se pertencente a um grupo restrito de sócios e em alguns casos, num pequeno grupo familiar.

Diante dos argumentos expostos, esta pesquisa busca resposta para a seguinte questão: **como os gestores lidam com a separação entre patrimônio pessoal e empresarial no dia a dia dos negócios, considerando a aplicabilidade dos conceitos contábeis e as boas práticas de governança?**

1.2. JUSTIFICATIVA

Os contadores, no contexto das MPMEs, buscam auxiliar os seus clientes em situações administrativas e financeiras, além disso, são os responsáveis pelas escriturações fiscais e demonstrativos financeiros. Conforme a Norma Brasileira de Contabilidade (NBC) – Técnicas Gerais 1000 (R1), emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC, 2016), em seu item 2.4, publicada no ano de 2016, “a informação apresentada em demonstrações contábeis deve ser apresentada de modo a torná-la compreensível por usuários que têm conhecimento razoável de negócios, atividades econômicas e de contabilidade”.

No que se refere à NBC – TG 1000 (R1), é responsabilidade do contador fornecer informações confiáveis, que representem adequadamente a situação financeira da entidade. Além disso, no contexto da Teoria da Entidade, a existência de conflito entre patrimônios compromete a neutralidade das informações contábeis, tornando-as tendenciosas e suscetíveis a influenciar decisões com o objetivo de alcançar um resultado previamente determinado, o que demonstra a importância da atuação do profissional contábil no contexto empresarial.

O Índice Omie de Desempenho Econômico das Pequenas e Médias Empresas (IODE-PMes) mostrou que em 2023 o crescimento do setor nas pequenas e médias empresas foi superior ao do PIB do Brasil (Sebrae, 2024). Estudar e entender formas de auxiliar este setor a crescer é impulsionar diretamente o crescimento do país, diminuindo taxas de desemprego e aquecendo a economia nacional.

Além disso, a ciência contábil é relevante no que tange à manutenção fiscal da empresa, seja ela mensal, com informativos sobre recolhimentos de impostos, trimestral com demonstrações financeiras e anual com balanços patrimoniais. Todas as obrigações, tais como demonstrações, devem ser expressas, somente e apenas, com recursos proprietários da entidade; porém, Filho e Oliveira (2010) elucidam que a decisão da aplicação dos recursos da entidade é de responsabilidade única e consciente dos empresários.

“Boas práticas de governança corporativa se tornaram cada vez mais relevantes para as organizações, seja de grande ou de pequeno porte” (Souza; Bauer; Coletti, 2020). Com práticas responsáveis, as entidades tendem a maximizar sua performance e eficiência. Segundo Sonza e Kloeckner (2014), o sistema corporativo das entidades brasileiras historicamente compromete a eficiência da governança. Isso se deve a fatores como a falta de clareza sobre o custo-benefício da governança e conflitos de interesse nos conselhos administrativos.

Portanto, faz-se pertinente a ampliação do conhecimento da área trabalhada, a fim de entender o porquê da dificuldade de manter os patrimônios distintos e identificar a possibilidade de aplicabilidade de princípios de ESG com enfoques na governança corporativa no nicho estudado.

1.3. OBJETIVOS

1.3.1. Objetivo Geral

O principal objetivo deste estudo é verificar a aplicabilidade do princípio da entidade e de elementos de governança corporativa na busca da eficiência dos resultados dos negócios.

1.3.2. Objetivos Específicos

Para alcançar o propósito da pesquisa, serão realizadas atividades com fins de:

- Identificar se os gestores possuem noções de governança corporativa e do princípio da entidade;
- Entender como a contabilidade pode influenciar na adoção de procedimentos que protejam a saúde financeira da entidade;
- Buscar compreender se os gestores possuem práticas que favoreçam a longevidade de suas empresas.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS (MPMEs)

As micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) são as empresas que ocupam a maior quantidade de estabelecimentos no Brasil. Segundo o Sebrae, em 2018 existiam cerca de 6,4 milhões de estabelecimentos, dentre esses, cerca de 99% eram de MPMEs. As definições para elas podem variar de acordo com a organização que as avaliam, pois não existe um único modelo que as define.

A primeira definição é a do Sebrae (2013), que define as empresas de acordo com seu número de funcionários. Para empresas do setor industrial, as microempresas são as que possuem 19 funcionários, as pequenas empresas as que possuem 20 a 99 funcionários e as médias de 100 a 499 funcionários. Para as empresas de comércio e serviço, as microempresas são as que possuem até 9 funcionários, pequenas empresas as que possuem de 10 a 49 funcionários e médias as que possuem de 50 a 99 funcionários.

Para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES, 2021), a definição é baseada na Receita Operacional Bruta (ROB) anual, sendo microempresas aquelas que faturam até R\$360 mil, pequenas empresas as que faturam entre R\$360 mil à R\$4,8 milhões e médias aquelas que faturam entre R\$4,8 milhões até R\$300 milhões. Tal definição converge também com os outros parâmetros do Sebrae (2022), que por sua vez, só avalia até as pequenas empresas, ou empresas de pequeno porte (EPP), como definido pela organização.

Vale ressaltar que, para as Micro e Pequena Empresas, foi criada a lei complementar nº 123/2006, com o intuito de incentivar e facilitar o crescimento de microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) no Brasil. Ela estabelece regras especiais para esses negócios, simplificando obrigações tributárias, trabalhistas, previdenciárias e de acesso ao crédito.

Segundo o Sebrae (2023b), as MPMEs foram responsáveis por 80% dos empregos criados, dando destaque ao setor de comércio e serviços. Conforme Dias (2024), em 2023, foi constatado que os pequenos negócios movimentam cerca de R\$420 bilhões ao ano, volume correspondente a 30% do PIB brasileiro. Além disso, nesse mesmo ano, cerca de 2.300 MPEs eram abertas diariamente. Esses dados comprovam a importância desses empreendimentos no Brasil.

Apesar de serem empreendimentos com tamanha importância, ainda há uma grande volatilidade no mercado, pois os empreendimentos costumam ter uma vida

muito curta se não possuírem uma correta gestão. Segundo apuração do Sebrae (2023a), no período de 2018 a 2020, os MEIs possuíram a maior taxa de mortalidade, onde 29% dos negócios fechavam após 5 anos, as médias empresas, nesse mesmo período, tiveram a taxa de mortalidade de 21,6% e os pequenos negócios tinham as menores taxas, 17%.

Ainda segundo o Sebrae (2023a), a falta de preparo pessoal, de planejamento, de gestão e de análise de riscos foram os principais fatores culminantes para a mortalidade das MPMEs. O estudo confirma os dados de Pires, Costa e Hahn (2004), que apontam que a falta de informações úteis para a gestão pode levar à mortalidade das empresas, especialmente das micro e pequenas empresas (MPEs). Conforme os autores, para evitar a descontinuidade, é fundamental que empresários e contadores trabalhem juntos, garantindo um melhor acompanhamento dos negócios. Para Hall *et al.* (2012, p. 5), “além de contribuir para o fortalecimento econômico das micro e pequenas empresas junto ao setor, indiretamente, as informações contábeis também fomentam a economia”.

2.2. PRINCÍPIO DA ENTIDADE

Os Princípios Fundamentais de Contabilidade representam a essência das doutrinas e teorias relativas à Ciência Contábil, conforme o entendimento predominante nos âmbitos científico e profissional presentes na resolução do CFC de nº 750/1993. Segundo a resolução, esses princípios são adotados como dogmas, orientando toda a execução, análise e interpretação das atividades dos contadores.

Pode-se afirmar que a adoção dos princípios contábeis é crucial para o bom desempenho de uma organização. No entanto, em casos de não aplicabilidade ou desrespeito aos princípios, Araújo *et al.* (2020) argumentam que as organizações perdem os benefícios do cumprimento desses princípios, muitas vezes por não compreenderem corretamente como aplicá-los no seu dia a dia.

Nesse contexto, ressalta-se que, de acordo com a Resolução 750/1993 do Conselho Federal de Contabilidade, o Princípio da Entidade é definido da seguinte forma:

O Princípio da ENTIDADE reconhece o Patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, a necessidade da diferenciação de um Patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes, independentemente de pertencer a uma pessoa, um conjunto de

pessoas, uma sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos. Por consequência, nesta acepção, o Patrimônio não se confunde com aqueles dos seus sócios ou proprietários, no caso de sociedade ou instituição.

Parágrafo único – O PATRIMÔNIO pertence à ENTIDADE, mas a recíproca não é verdadeira. A soma ou agregação contábil de patrimônios autônomos não resulta em nova ENTIDADE, mas numa unidade de natureza econômico-contábil (CFC, 1993, art. 4º).

Com base nessa definição normativa, a separação patrimonial é de natureza obrigatória em todas as instituições, o que inclui as MPMEs. O princípio visa proteger tanto o patrimônio empresarial quanto o pessoal dos gestores, garantindo uma gestão financeira adequada. Esse processo contribui para o desenvolvimento e crescimento da organização, formando uma base sólida para a estrutura contábil, como afirmam Iudícibus e Marion (2002).

Filho e Oliveira (2010) afirmam que existem diversos tipos de dificuldades alegadas pelos empresários no que tange a aplicação do princípio da entidade, conforme entrevistas conduzidas pela autora. Cerca de 40% dos entrevistados por eles demonstraram que desrespeitavam o referido princípio devido às despesas pessoais. Ainda de acordo com os autores, o grande problema era devido a falta de um pró-labore, termo definido por Ferreira e Onzi (2006), é a remuneração que o sócio recebe em contrapartida do trabalho na empresa.

2.3. AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA - ESG

De acordo com Irigaray e Stocker (2022), o conceito de *environmental, social and governance (ESG)*, ou, em português Ambiental, Social e Governança pode ser definido como um conjunto bastante amplo de questões (Quadro 1), desde questões ambientais à práticas trabalhistas e de fraudes corporativas.

Quadro 1 - Questões Ambientais, Sociais e de Governança que impactam o valor das organizações e de investimentos

Questões Ambientais	Questões Sociais	Questões de Governança
• Mudanças climáticas e riscos relacionados • A necessidade de reduzir as emissões tóxicas e resíduos • Nova regulamentação ampliando os limites da responsabilidade ambiental no que diz respeito a produtos e serviços • Aumento da pressão da sociedade civil para melhorar o desempenho, transparência e responsabilidade, levando a riscos de reputação se não gerenciado corretamente • Mercados emergentes para serviços ambientais e produtos ecológicos	• Saúde e segurança no local de trabalho • Relações Comunitárias • Questões de direitos humanos na empresa e fornecedores/instalações dos contratados • Relações com o governo e a comunidade no contexto das operações em países em desenvolvimento • Aumento da pressão da sociedade civil para melhorar o desempenho, transparência e responsabilidade, levando a riscos de reputação se não gerenciado corretamente	• Estrutura e responsabilidade do conselho • Práticas de contabilidade e divulgação • Estrutura do comitê de auditoria e independência dos auditores • Remuneração executiva • Gestão de questões de corrupção e suborno

Fonte: Global Compact, 2004 *apud* Calderan *et al.*, 2021, p. 3.

A sigla ESG surgiu em 2004 - em um relatório apresentado pela Organização das Nações Unidas, chamado de *Who Cares Wins* (quem se importa, vence) - com os objetivos de desenvolver mercados financeiros e mais voláteis perante as mudanças, promover o desenvolvimento sustentável, conscientizar os indivíduos e discutir como aumentar a confiabilidade nas instituições financeiras (Global Compact, 2004 *apud* Calderan *et al.*, 2021).

As questões de ESG buscam gerar valor para os investidores, assim como redução de riscos inerentes às operações. De acordo com Chen e Scott (2021) *apud* Calderan *et al.* (2021), o termo ESG busca trabalhar com uma série de padrões, onde investidores socialmente conscientes, selecionam investimentos de impacto potencial, evitando os que possam representar risco financeiro devido a práticas ambientais e sociais. Conforme Pereira (2020), ESG não é uma nova versão da sustentabilidade empresarial, é a própria sustentabilidade empresarial. Ainda segundo o autor, de forma simplista:

O que uma empresa precisa fazer é entender, com suas partes interessadas, quais são seus impactos negativos e positivos na sociedade e agir sobre eles. É necessário minimizar os negativos e potencializar os positivos, assim como equacionar os prejuízos já provocados (Pereira, 2020).

Além disso, adentrando a visão de responsabilidade social do ESG, o conceito “implica uma participação ativa da atividade econômica no desenvolvimento

social do país através de mecanismos de inclusão, diversidade e combate às discriminações” (Yamasaki; Scatolin, 2023, p. 5). Diante disso, podemos inferir que o ESG ultrapassa a função social, econômica e organizacional de uma entidade; buscando unificar as boas práticas em todas as áreas a fim de um desenvolvimento linear e sustentável em todas as etapas de um negócio.

No que tange a governança corporativa, conceito importante para este trabalho no âmbito das MPMEs, pertencente ao ESG, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), define-o como “conjunto de práticas que tem por finalidade otimizar o desempenho de uma companhia e favorecer sua longevidade ao proteger todas as partes interessadas, tais como investidores, empregados e credores” (CVM, 2014, p. 142).

Além disso, na resolução 59 da CVM, de 2021, a instrução de número 480 foi reformada; nela, a divulgação de informações relacionadas a aspectos ambientais, sociais e de governança corporativa foram simplificadas, porém tornaram-se obrigatórias para empresas regidas pelas normas da CVM. Ainda de acordo com Yamasaki e Scatolin (2023), a preocupação com os padrões de ESG está mais presente na realidade brasileira atualmente.

2.4. SUCESSÃO EMPRESARIAL E GOVERNANÇA CORPORATIVA

A sucessão empresarial refere-se ao processo de transferência de poder e capital entre a atual geração de líderes e a futura direção da organização (Leone, 1992). Essa transferência pode ocorrer por diversos motivos, como aposentadoria, falecimento ou afastamento de um sócio.

Ao inserir uma empresa em um mercado específico, é fundamental compreender que a conjuntura socioeconômica é dinâmica e está sujeita a mudanças inesperadas. É necessário que os gestores compreendam os riscos do negócio, realizando estudos econômicos e de mercado. A responsabilidade dos administradores é analisar o histórico da empresa e interpretar o contexto atual, a fim de traçar estratégias que garantam a sobrevivência da organização. Nesse processo, é imprescindível formular uma visão de uma futura estrutura de controle e decidir as ações a serem tomadas no presente (Gersick *et al.*, 1997).

O planejamento sucessório visa: equilibrar as demandas de orientação das diversas áreas da empresa; preparar os envolvidos para as mudanças decorrentes

da transição de poder e dos mecanismos de decisão e minimizar os potenciais ou reais conflitos entre os sistemas de propriedade e gestão da empresa (Cohn, 1991).

O planejamento sucessório é uma prática que se faz necessária para toda e qualquer empresa que deseje ter uma operação que perdure por anos. Segundo Bertucci *et al.* (2009, p. 154) "os mecanismos de governança têm o papel de orientar os processos de sucessão". Aliando os conceitos de planejamento sucessório e de sucessão empresarial, Rodrigues (2024) afirma que em sociedades limitadas e familiares, uma governança corporativa e familiar bem estruturada, planejada com estratégia e antecipadamente, permite a empresa ser mais longa, diante das afirmativas, pode-se inferir que esses tornam-se assunto pertinentes de discussão nas entidades, uma vez que um planejamento sucessório falho pode culminar em fim da trajetória empresarial, inviabilizando suas operações.

No âmbito das empresas familiares², a sucessão empresarial é um tema de extrema relevância, uma vez que elas, juntas, representam cerca de 70% da economia global, conforme Farhad Forbes em uma pesquisa da PricewaterhouseCoopers - PwC (2023, p. 4). Analisando a sucessão empresarial em empresas familiares, os autores Barbosa *et al.* 2021 *apud* Bissani e Milano (2023) destacam que apesar de tal prevalência, apenas 30 (trinta) em cada 100 (cem) empresas familiares atravessam para a segunda geração e só 5 (cinco) sobrevivem ao segundo processo sucessório e chegam à terceira geração. Tais dados demonstram que apesar de relevante, o tema da sucessão empresarial ainda representa um problema para muitos negócios no Brasil.

Planejar a sucessão é estar praticando a boa governança empresarial, uma vez que com um planejamento sucessório bem definido, mitigam-se os riscos estratégicos, promovendo uma longevidade empresarial. Conforme Bertucci *et al.* (2009), adotar mecanismos de governança que compreendam a família, propriedade e gestão podem evitar possíveis conflitos. Ainda com esses mecanismos, a sucessão torna-se mais fácil, clara e legítima.

² As empresas familiares podem incluir diversos membros da família, tanto na parte administrativa quanto como acionistas e membros da diretoria (SEBRAE, 2022).

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa descritiva pode ser definida por Fontana (2018, p. 60) como aquelas que “possuem o objetivo de descrever as características de uma população, um fenômeno ou experiência para o estudo realizado considerando aspectos da formulação das perguntas que norteiam a pesquisa”. Assim, existe o objetivo de descrever os fenômenos do estudo de maneira fiel, mostrando suas conclusões na íntegra. Ainda conforme Fontana (2018), pesquisas exploratórias buscam estabelecer informações sobre um assunto já estudado. A partir dos conceitos descritos, caracteriza-se a presente pesquisa como descritiva e exploratória. Adiciona-se, ainda, que a pesquisa possui âmbito quantitativo e qualitativo.

Para alcançar os objetivos estipulados nesta monografia, aplicou-se um questionário virtual destinado a gestores, proprietários e sócios que operam diretamente os recursos financeiros de entidades, especificamente, micro, pequenas e médias empresas. Tal formulário baseou-se na Resolução nº 750/1993 e na NBC TG 1000 (R1)/2016, ambas publicadas pelo Conselho Federal de Contabilidade. De acordo com Lakatos e Marconi (2021), nem sempre é possível pesquisar todos os indivíduos do grupo abordado, pois existem fatores como a escassez de recursos. Aliado a isso, e à limitação temporal desta pesquisa, o questionário foi aplicado de forma amostral a um grupo de 16 pessoas³ e, baseado nas referidas normas do CFC, buscou-se uma abordagem com linguagem de fácil entendimento.

O questionário foi elaborado na plataforma "Google Forms" e disseminado em redes sociais, como WhatsApp e Instagram. Dividido em três etapas, a primeira coletou informações de contato dos respondentes, a segunda traçou o perfil pessoal do gestor em relação ao negócio, e a terceira abordou o perfil de gestão empresarial. As perguntas foram organizadas para garantir um processo dinâmico e não cansativo, visando investigar a dinâmica dos negócios, a aplicabilidade de conceitos contábeis e a perspectiva do responsável pela gestão financeira respondente.

³ A pesquisa foi realizada com um grupo seletivo de gestores, sendo divulgada por meio de um link. Somente os participantes que atendiam aos critérios de elegibilidade receberam o link e puderam respondê-la.

As opções de resposta disponibilizadas para as perguntas seguiram metodologias distintas. Algumas questões foram estruturadas com alternativas fechadas (como "sim" ou "não" e outras assertivas), enquanto outras exigiram respostas escritas, especialmente na seção destinada às informações de contato dos respondentes.

Destaca-se o uso da escala progressiva de 0 a 3 para medir o nível de conhecimento sobre determinados conceitos, em que 0 representa ausência de conhecimento e 3 indica domínio pleno. Além disso, foi aplicada uma adaptação da escala Likert (1932) para permitir que os respondentes expressassem suas opiniões de forma mais precisa em algumas perguntas. Os parâmetros utilizados dessa escala foram: “Discordo totalmente”, “Discordo parcialmente”, “Não possuo opinião”, “Concordo parcialmente” e “Concordo totalmente”.

Vale ressaltar, ainda, que apesar de serem coletadas algumas informações de contato, a apresentação dos resultados dessa pesquisa será em total conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD – Lei nº 13.709/2018), assegurando a proteção, privacidade e segurança dos dados pessoais tratados. Todas as etapas do processo observaram os princípios previstos na legislação vigente, garantindo o respeito aos direitos dos titulares dos dados.

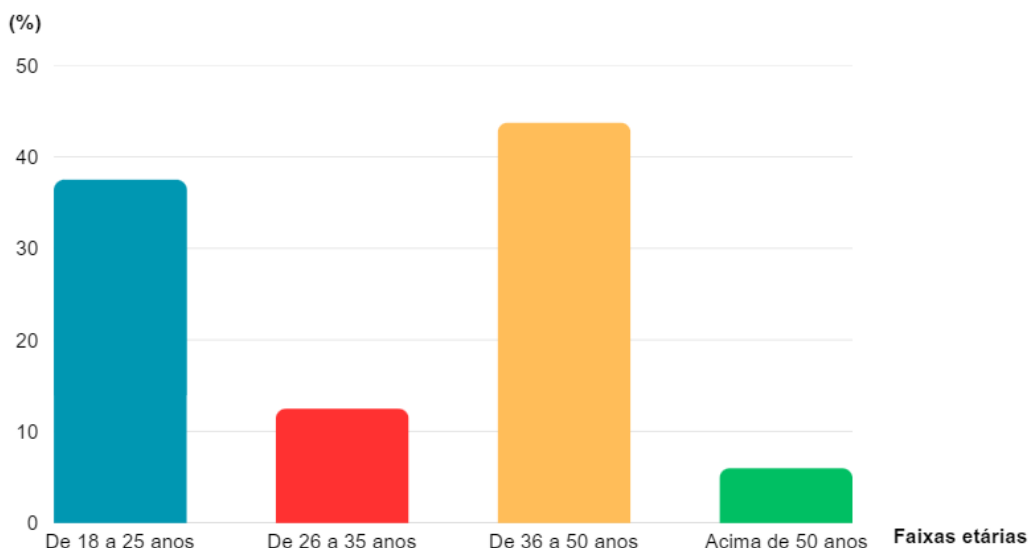
4. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

A partir da aplicação do questionário apresentado no Apêndice A, foram obtidas respostas de 16 participantes. Como descrito na seção 3 deste trabalho, o questionário foi dividido em três seções, a partir das quais os resultados serão apresentados a seguir.

Na Seção 1, buscou-se conhecer o gestor respondente por meio de alguns dados pessoais. A maioria dos participantes eram mulheres, correspondendo a 68,75% do total, enquanto os homens representavam 31,25%. As empresas participantes estavam localizadas nos estados de Pernambuco (PE) e Rio Grande do Norte (RN), sendo 14 em PE e 2 no RN.

Em relação à faixa etária dos gestores, a maior parte tinha entre 36 e 50 anos (43,75%), seguida pelos que estavam na faixa de 18 a 25 anos (37,5%). Os demais grupos apresentaram menor participação, conforme ilustrado no Gráfico 1.

Gráfico 1 - Faixas etárias dos participantes da pesquisa

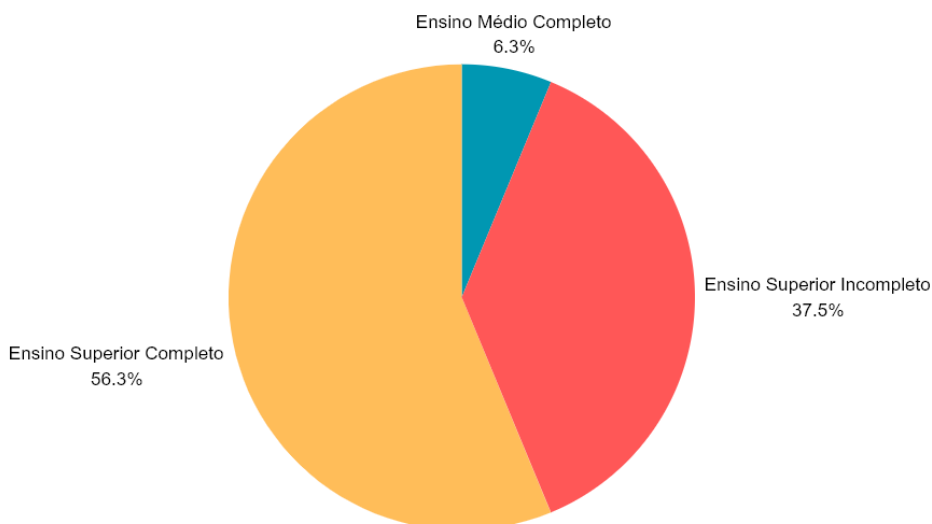


Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

Na Seção 2, o objetivo foi traçar o perfil pessoal do gestor, analisando seu nível de escolaridade, o porte e as características da empresa gerida, além do tempo de gestão. A maioria dos participantes possui alguma relação com o ensino superior, sendo 56,3% formados, seguidos por 37,5% que ainda estão cursando. Somente um participante possuía apenas o ensino médio completo (6,3%), e nenhum deles possuía escolaridade inferior a essa, conforme apresentado no

Gráfico 2. Quanto à formação dos participantes, foram mencionadas as áreas de artes e comunicação, ciências humanas e sociais, educação, saúde, negócios e finanças, além de meio ambiente.

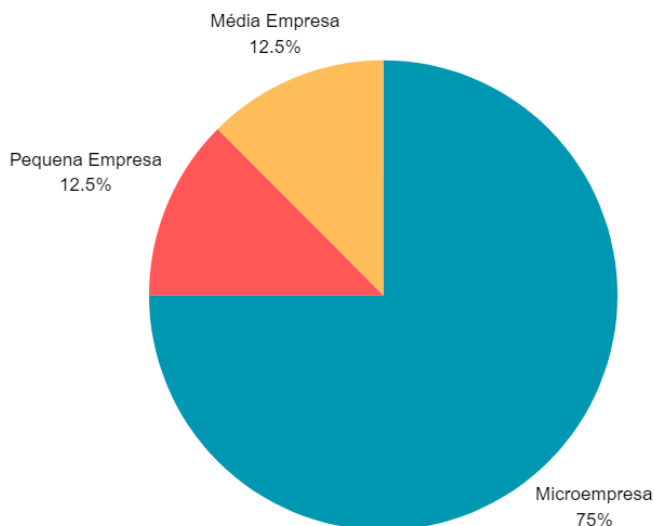
Gráfico 2 - Grau de escolaridade dos gestores participantes



Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

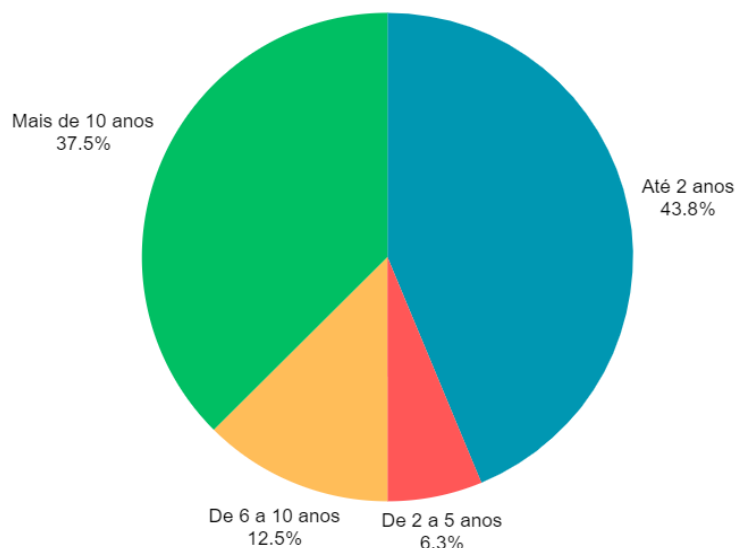
Ainda na Seção 2, buscou-se compreender brevemente as características das empresas geridas. Entre os negócios, 12 (75%) eram microempresas, enquanto pequenas e médias empresas tiveram o mesmo número de representantes, com 2 participantes cada, correspondendo, somadas, a 25% da pesquisa. No que se refere ao tempo de gestão, 43,8% dos gestores estavam à frente da empresa há até 2 anos, sendo a maioria. Em seguida, 37,5% possuíam mais de 10 anos de gestão, 12,5% tinham entre 6 e 10 anos, e por último, 6,3% estavam na função entre 2 e 5 anos. Esses dados podem ser observados nos Gráficos 3 e 4.

Gráfico 3 - Porte das empresas



Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

Gráfico 4 - Tempo que as empresas são geridas pelos participantes



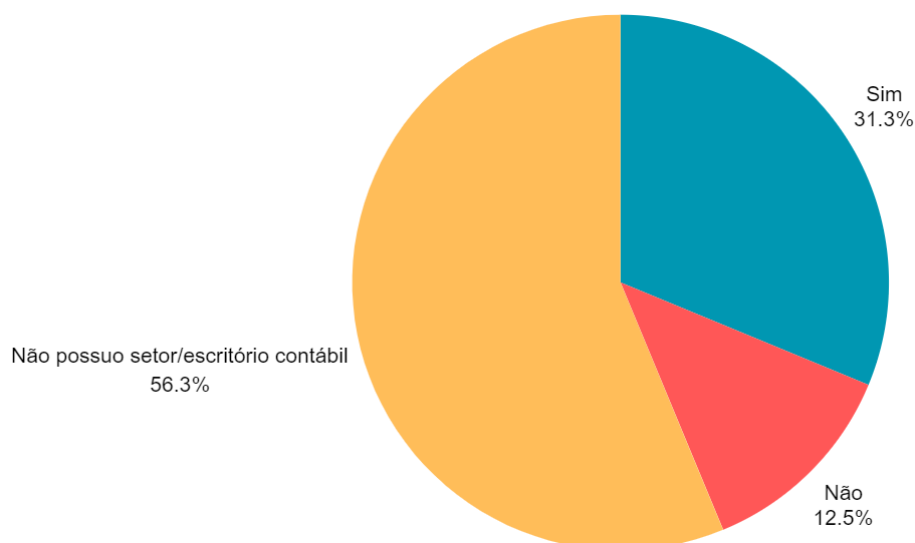
Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

Além disso, 13 empresas não eram familiares, enquanto 3 se enquadram nessa categoria. O resultado vai de encontro a outras pesquisas, as quais apontam que grande parte das MPMEs são geridas por grupos familiares. Quanto às atividades desempenhadas, a maioria atuava no setor de serviços, com 13 respostas, enquanto 3 estavam no comércio. As demais atividades não foram assinaladas.

Por fim, observou-se que a maioria dos gestores não possuía funcionários (62,5%), seguidos por aqueles com equipes de 1 a 10 colaboradores (25%). Já os gestores com 11 a 50 funcionários e aqueles com mais de 100 apareceram uma vez na pesquisa, representando 6,25% cada.

Ao analisar os resultados da Seção 3, que teve como objetivo compreender o perfil da gestão empresarial, os respondentes foram questionados sobre seu modelo de gestão e conhecimento de termos técnicos contábeis. Observou-se que a maioria (56,3%) não contava com um setor contábil, seja ele interno ou terceirizado. Por outro lado, 43,8% dos participantes (7 respondentes) possuíam tal departamento. Dentre esses, apenas 5 (31,3%) mantinham uma troca ativa de informações com o setor, conforme ilustrado no Gráfico 5.

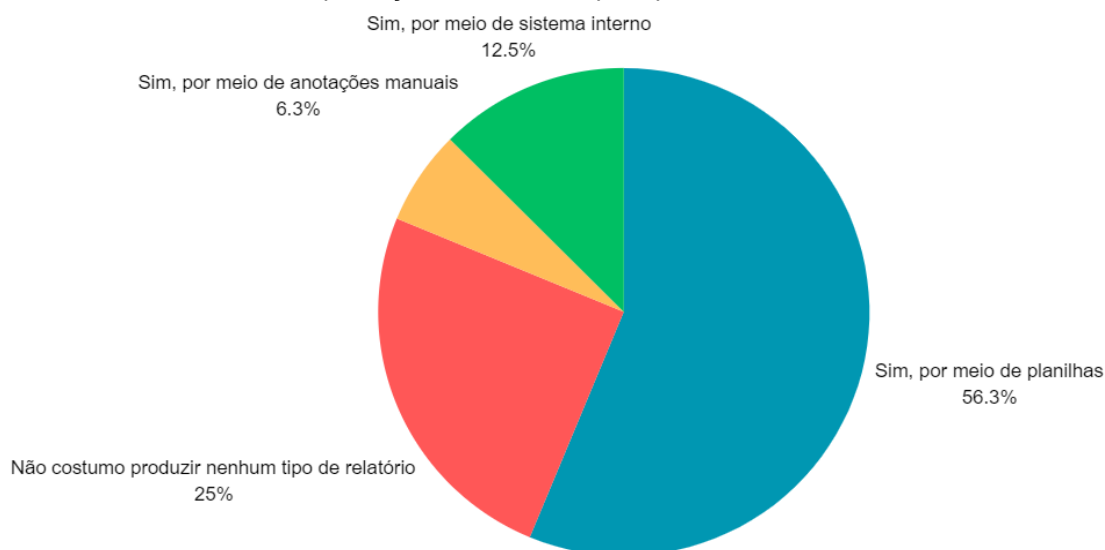
Gráfico 5 - Percentual da troca de informações/realização de reuniões com o setor contábil entre os respondentes



Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

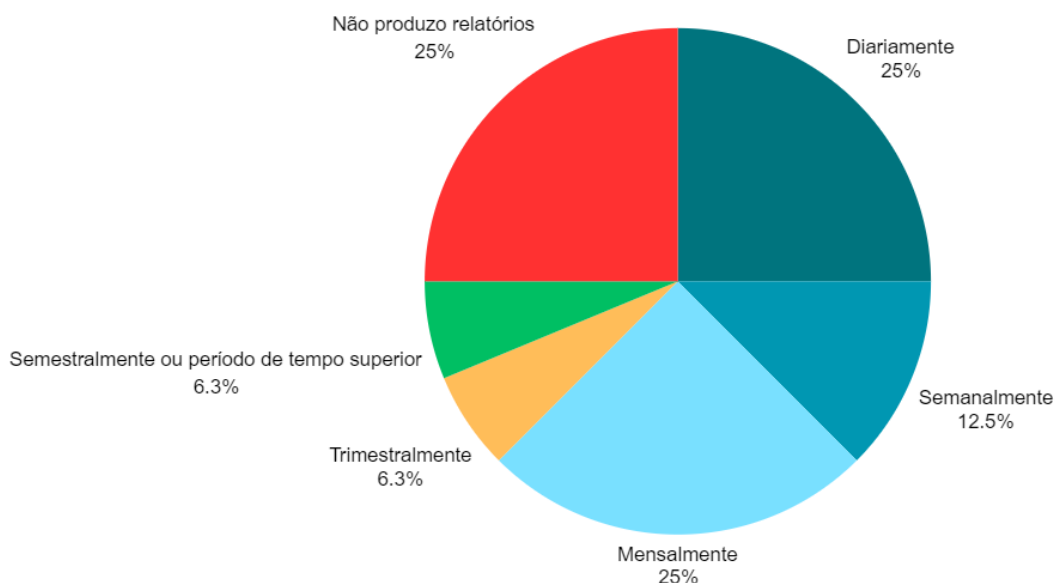
A maioria dos participantes elabora relatórios para monitorar a situação da empresa, diferenciando-se na forma como esses relatórios são produzidos. Pode-se inferir que mesmo que de maneira muito básica, os gestores possuem práticas contábeis, visto que a produção de relatórios caracteriza-se como tal. Dos participantes, 75% afirmaram que produzem relatórios, sendo que 56,3% utilizam planilhas, 12,5% recorrem a sistemas internos e 6,3% optam por relatórios manuais. Já aqueles que não produzem relatórios representam 25%, conforme ilustrado no Gráfico 6. Quanto à frequência de elaboração e atualização dos relatórios, identificou-se que 50% dos respondentes os produzem diariamente ou mensalmente. As demais frequências de produção estão detalhadas no Gráfico 7.

Gráfico 6 - Percentual da produção de relatórios por tipo



Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

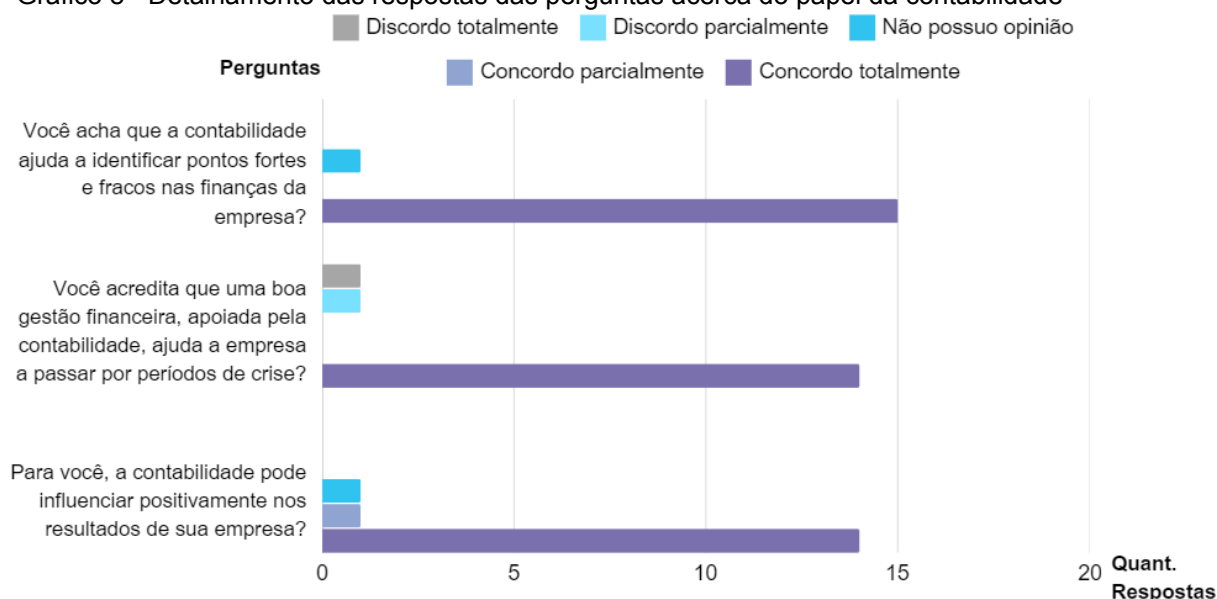
Gráfico 7 - Frequência de produção dos relatórios



Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

Ao abordar aspectos técnicos e examinar diretamente a opinião dos gestores sobre o papel da contabilidade, observou-se que, em todas as questões, pelo menos 87,5% dos gestores concordaram integralmente com a ideia de que a contabilidade exerce uma influência positiva nos cenários administrativos. Isso inclui a capacidade da contabilidade para identificar pontos fortes e fracos nas finanças, além de sua contribuição fundamental durante os períodos de crise e na promoção de resultados positivos para a empresa. O detalhamento das respostas pode ser conferido no Gráfico 8 abaixo.

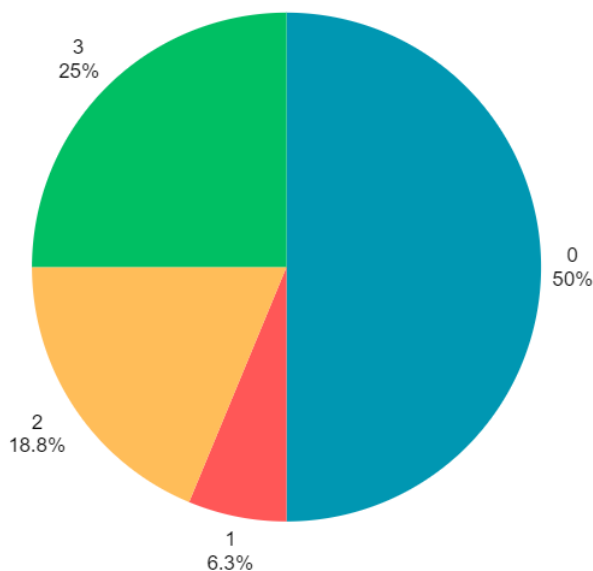
Gráfico 8 - Detalhamento das respostas das perguntas acerca do papel da contabilidade



Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

Tratando-se sobre o princípio da entidade, abordado nas seções 1 e 2 deste trabalho, verificou-se que, numa escala progressiva de conhecimento de 0 a 3, a maioria dos gestores apresentou nível baixo de conhecimento, enquadrando-se entre os níveis 0 e 1, que somados, representam 56,3% do total (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Nível de conhecimento sobre o conceito de “princípio da entidade” dos participantes

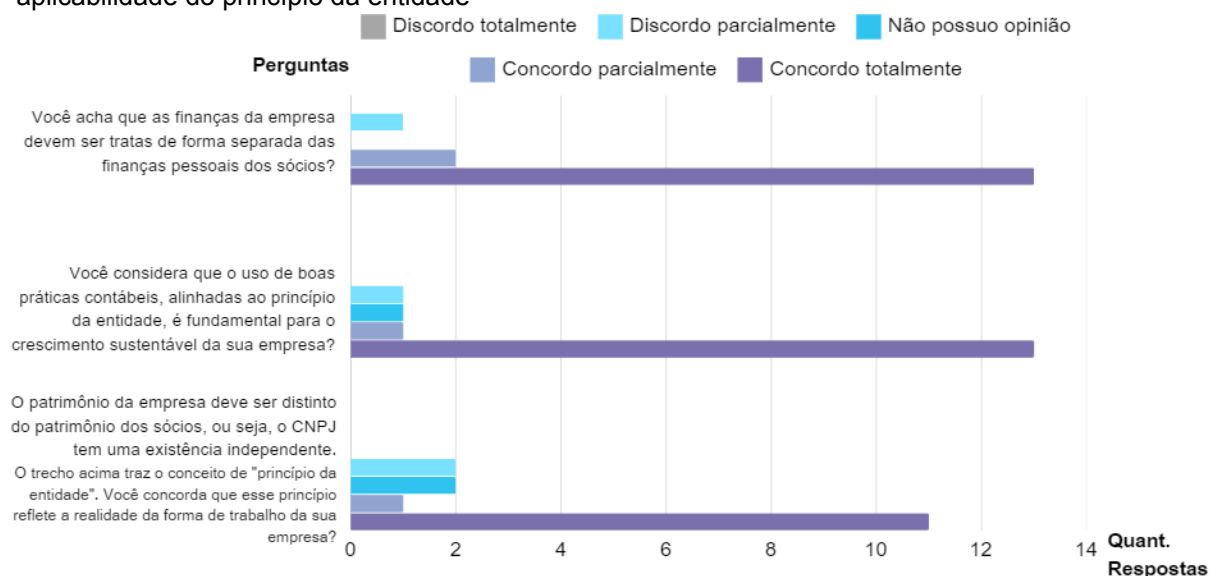


Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

Apesar do baixo nível de compreensão do termo técnico “princípio da entidade”, a maioria dos gestores reconhece a importância de separar as finanças da empresa das finanças pessoais dos sócios. Conforme ilustrado no Gráfico 10, 81,25% dos gestores expressaram total concordância com essa afirmação,

enquanto 12,5% concordaram parcialmente e apenas 6,25% (1 gestor) discordou parcialmente. Além disso, a maior parte dos gestores também concorda plenamente que a adoção de boas práticas contábeis, alinhadas ao princípio da entidade, contribui para o crescimento sustentável da empresa. No entanto, apesar do alto índice de concordância com o conceito, um número menor de gestores reconhece a aplicação efetiva desse princípio na gestão de suas empresas, evidenciando uma lacuna entre teoria e prática.

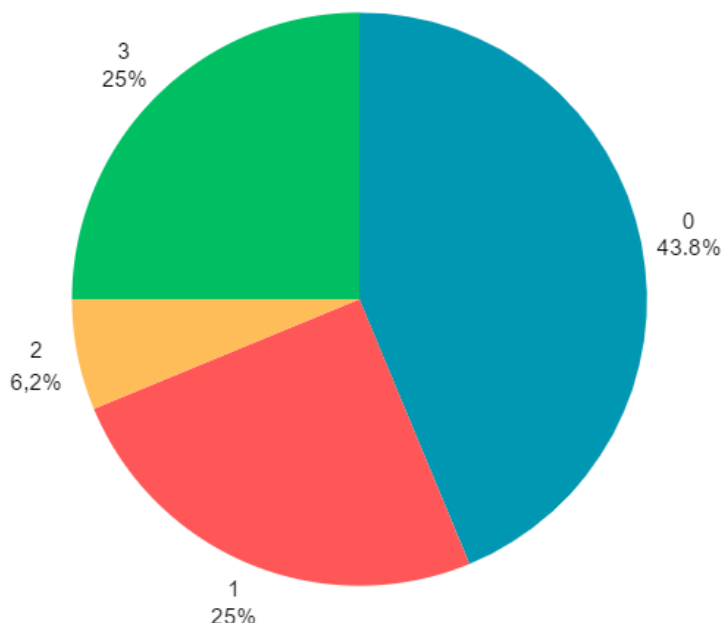
Gráfico 10 - Detalhamento das respostas das perguntas sobre a concordância e aplicabilidade do princípio da entidade



Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

Explorando outro conceito abordado na seção 2, o *Environmental, Social and Governance* (ESG) – ou ambiental, social e governança –, os respondentes também foram questionados sobre seu nível de conhecimento sobre o tema, em uma escala progressiva de 0 a 3. Seguindo a mesma tendência observada no questionamento sobre o princípio da entidade, os níveis de conhecimento sobre o termo ESG mostraram-se baixos, concentrando-se majoritariamente nos níveis 0 e 1, que, juntos, correspondem a 68,8% das respostas (Gráfico 11).

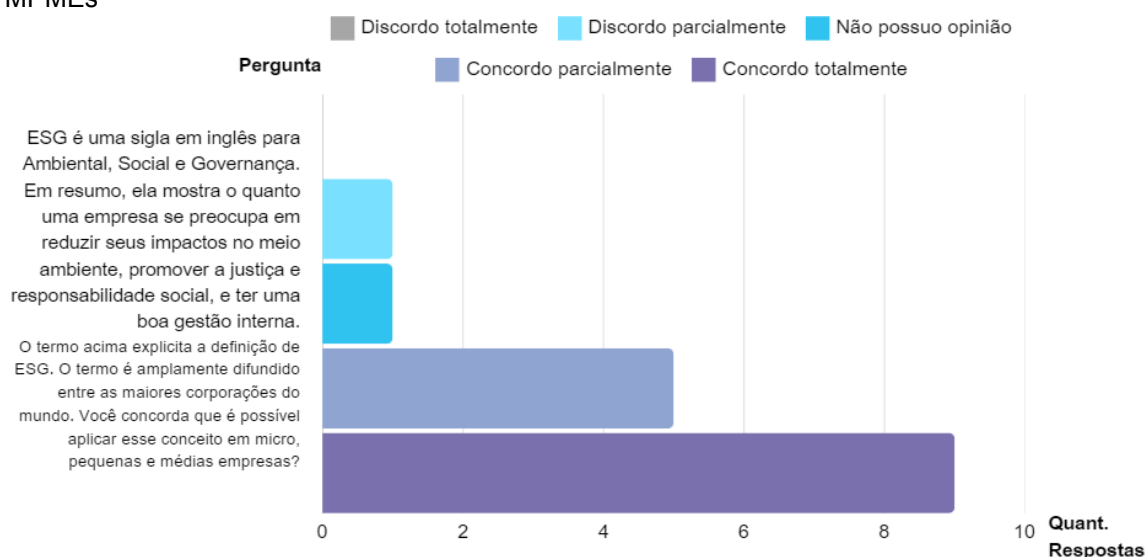
Gráfico 11 - Nível de conhecimento sobre o conceito de “ESG” dos participantes



Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

Ainda no contexto do estudo sobre ESG, após uma breve explicação do conceito, 56,25% dos respondentes acreditavam ser possível aplicar seus princípios em micro, pequenas e médias empresas (MPMEs). Para 31,25% dos gestores, essa aplicação deveria ocorrer de forma parcial. Já 6,25% não expressaram opinião sobre o tema, enquanto outros 6,25% discordaram parcialmente da aplicabilidade dos conceitos em MPMEs (Gráfico 12).

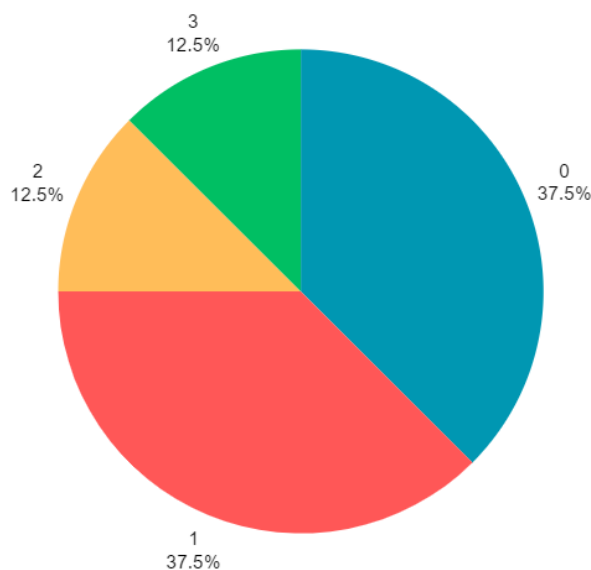
Gráfico 12 - Detalhamento das respostas sobre a aplicabilidade do conceito de ESG em MPMEs



Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

Aprofundando a análise do ESG, também foi avaliado o nível de conhecimento dos respondentes sobre governança corporativa, foco deste estudo. Em uma escala progressiva de 0 a 3, observou-se que 37,5% não possuíam nenhum conhecimento sobre o tema (nível 0), enquanto outros 37,5% declararam ter pouco conhecimento (nível 1). Já 12,5% demonstraram um nível intermediário de compreensão (nível 2) e os 12,5% restantes possuíam conhecimento avançado (nível 3) sobre o assunto (Gráfico 13).

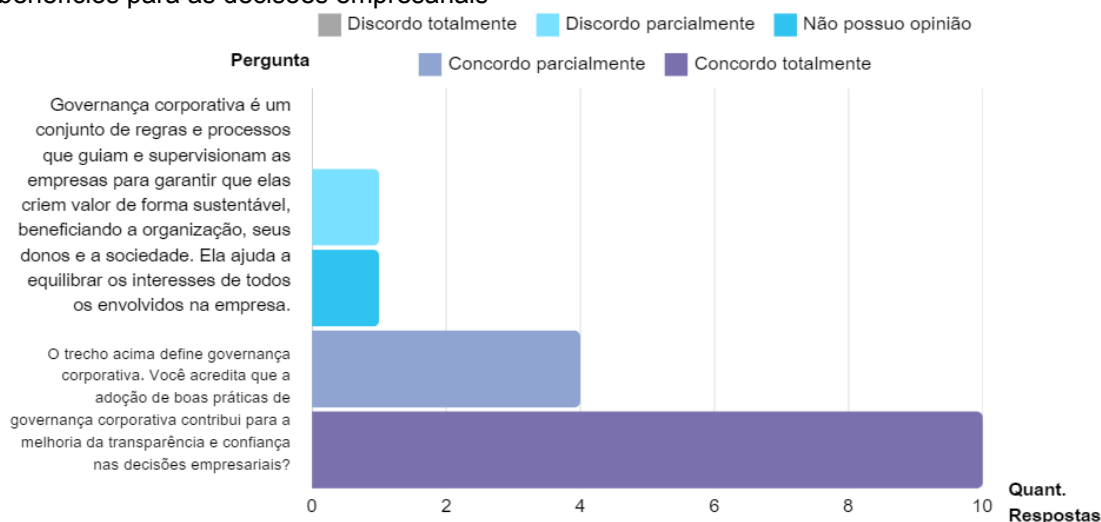
Gráfico 13 - Detalhamento das respostas sobre o conhecimento do termo “governança corporativa”



Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

Dando continuidade à análise, após uma breve explicação sobre o conceito de governança corporativa, os respondentes foram questionados sobre os possíveis benefícios da sua adoção para a tomada de decisões empresariais. Os resultados indicaram que 62,5% concordaram plenamente que a implementação desses princípios traria benefícios para suas empresas, enquanto 25% concordaram parcialmente. Já 6,25% não expressaram opinião sobre o tema, e outros 6,25% discordaram parcialmente. Esses dados estão ilustrados no Gráfico 14.

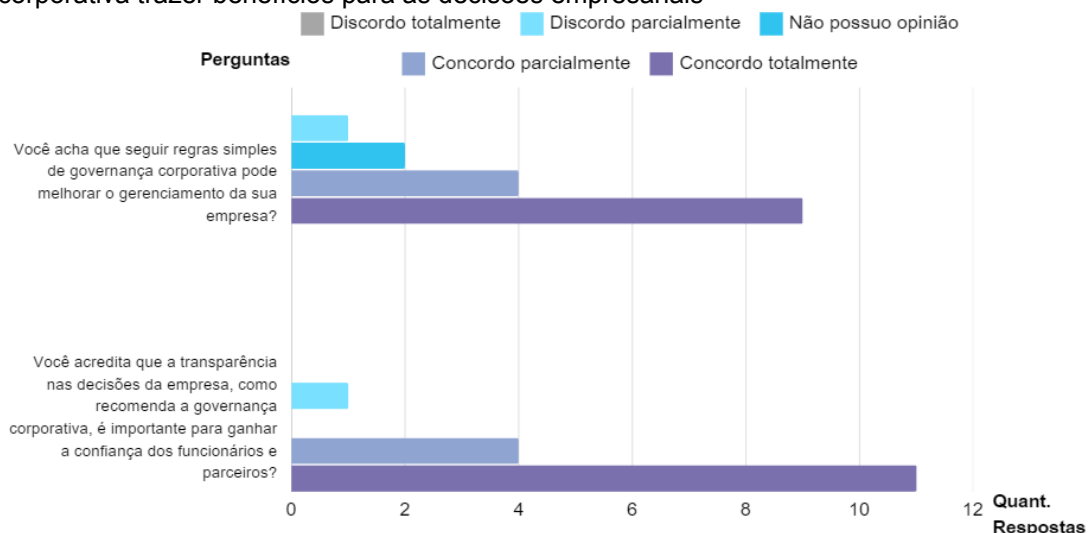
Gráfico 14 - Detalhamento das respostas sobre a adoção da governança corporativa trazer benefícios para as decisões empresariais



Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

Corroborando com os resultados apresentados no Gráfico 14, os gestores foram questionados sobre a possibilidade de benefícios no gerenciamento empresarial com a adoção de regras, mesmo que simples, de governança corporativa. Os dados indicaram que 81,25% concordaram com a assertiva, sendo que 56,25% expressaram concordância total e 25% concordância parcial. Além disso, 12,5% dos respondentes não manifestaram opinião sobre o tema. Ainda no que se refere aos benefícios da governança corporativa, 93,75% dos gestores acreditam, total ou parcialmente, que a transparência nas decisões empresariais é essencial para conquistar a confiança dos envolvidos na organização. Apenas 6,25% (1 gestor) discordou parcialmente dessa afirmação. Tais dados estão ilustrados no Gráfico 15.

Gráfico 15 - Detalhamento das respostas sobre a adoção de regras da governança corporativa trazer benefícios para as decisões empresariais

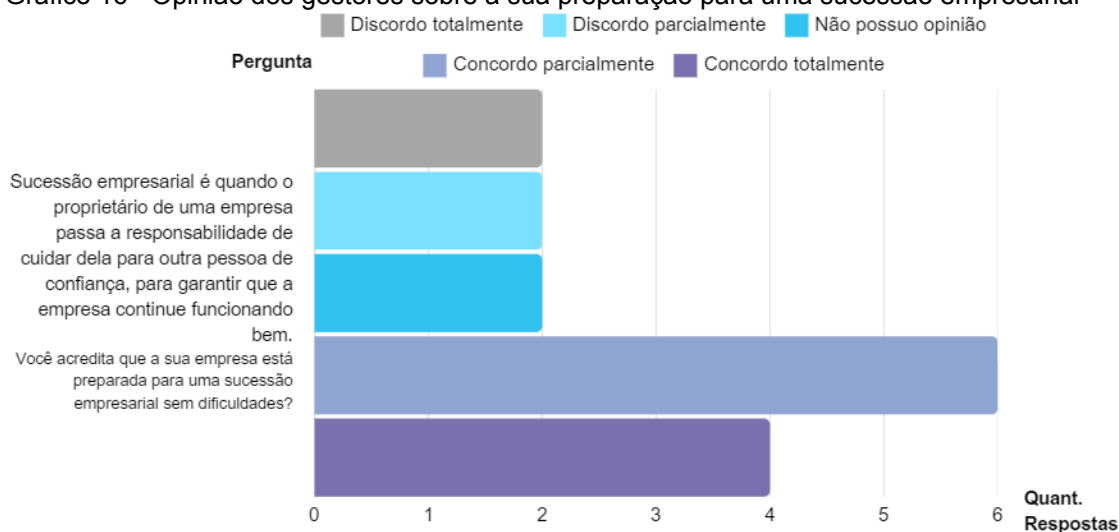


Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

Outro tema fundamental para as micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) é a sucessão empresarial. Um planejamento sucessório bem estruturado desempenha um papel crucial na continuidade dos negócios, especialmente em cenários adversos, como mudanças de mercado. Além disso, proporciona uma base sólida para uma transição de gestão organizada e eficiente. Dessa forma, a sucessão bem planejada é essencial para assegurar a longevidade e a estabilidade operacional das empresas.

No questionário, foi perguntado se as empresas geridas estavam preparadas para uma sucessão sem dificuldades e pode-se observar que: 4 gestores não enxergam uma sucessão sem dificuldades, e desse número, 2 alegaram dificuldades completas e outros 2 alegaram dificuldades parciais. Além disso, 2 gestores não expressaram opinião sobre o tema. Já 6 gestores indicaram ter dificuldades parciais na sucessão, enquanto 4 afirmaram estar totalmente preparados para realizar esse processo sem complicações (Gráfico 16). Observou-se, no geral, que 75% dos participantes enxergaram dificuldades quanto à possibilidade de sucessão empresarial, o que pode indicar uma falta de planejamento nesse sentido.

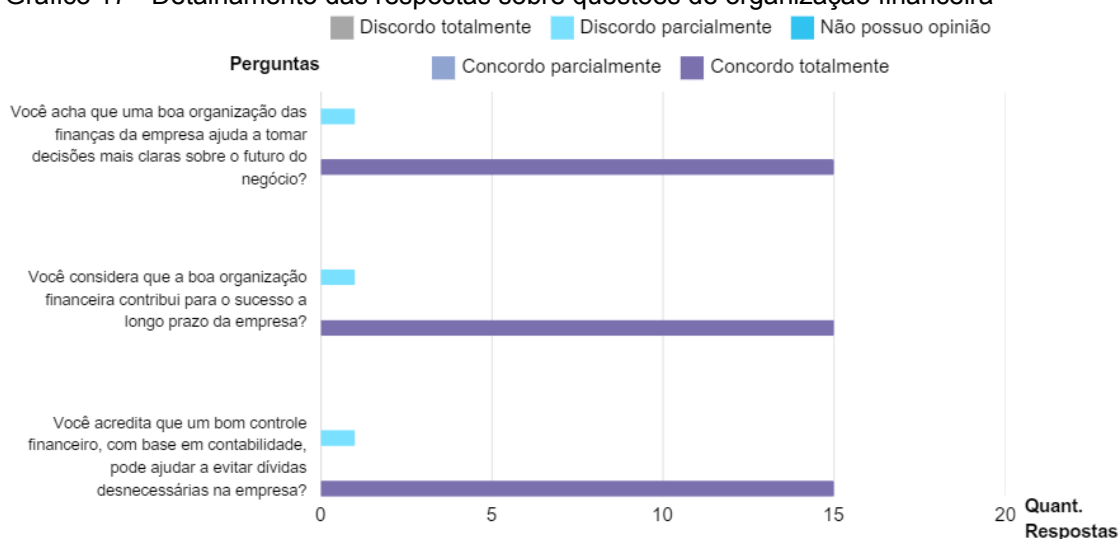
Gráfico 16 - Opinião dos gestores sobre a sua preparação para uma sucessão empresarial



Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

Por fim, foram trabalhadas questões sobre a importância da organização financeira para o bom andamento dos negócios. Ressalta-se, nesse sentido, que questões como a organização e a solidez financeira são fundamentais para tomadas de decisões mais claras e eficazes, possibilitando resultados sustentáveis a longo prazo e prevenindo o endividamento desnecessário ao longo da operação de empresas. Os resultados dos questionamentos sobre esse tema indicaram um alto nível de concordância entre os gestores: 93,75% concordaram totalmente com a relevância da organização financeira em todos os questionamentos. Apenas um gestor manifestou discordância parcial, correspondendo a 6,25% das respostas em todas as categorias. Esses dados estão ilustrados no Gráfico 17.

Gráfico 17 - Detalhamento das respostas sobre questões de organização financeira



Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) representam a maior parte dos estabelecimentos no Brasil, desempenhando um papel fundamental no contexto social e econômico do país. Diante da relevância dessas instituições e dos objetivos traçados neste estudo, foram conduzidas pesquisas bibliográficas e aplicado um questionário a gestores empresariais para avaliar a aplicabilidade dos princípios contábeis, com destaque para o princípio da entidade, além de conceitos relacionados ao ESG, com ênfase em elementos da governança corporativa em MPMEs, na busca da eficiência dos resultados dos negócios.

Os gestores participantes da pesquisa possuíam, no mínimo, ensino médio completo, sendo que a maioria apresentava formação superior em diversas áreas. A pesquisa abrangeu empresas localizadas nos estados de Pernambuco e Rio Grande do Norte, com predominância do setor de serviços, que representou 75% das organizações participantes. No que se refere à gestão, verificou-se que pouco mais da metade dos respondentes não dispunha de um setor contábil estruturado. Entre aqueles que contavam com esse suporte, a maioria mantinha comunicação regular com seus contadores, embora essa prática não fosse unânime.

Quanto aos conceitos técnicos abordados - princípio da entidade e ESG com foco na governança corporativa - observou-se que os respondentes possuíam pouco ou nenhum conhecimento prévio. No entanto, após uma explicação objetiva dos conceitos, a maioria dos participantes concordou que a separação adequada entre o patrimônio pessoal e o da entidade empresarial é fundamental para a saúde financeira e a governança das organizações.

Da mesma forma, a maioria reconheceu os benefícios empresariais decorrentes da implementação de boas práticas de governança. Ao serem questionados sobre a possibilidade de sucessão empresarial sem dificuldades significativas, poucos afirmaram que esse processo ocorreria sem desafios substanciais, evidenciando a necessidade de um planejamento sucessório mais estruturado dentro dessas organizações, o que é uma tendência brasileira também discutida neste trabalho. Quanto à organização financeira, observou-se ampla concordância quanto aos seus benefícios, destacando sua importância para a segurança das atividades operacionais da empresa.

Este trabalho apresentou uma amostra restrita de 16 respondentes. Nesse sentido, para pesquisas futuras, sugere-se ampliar o número de participantes e

diversificar o perfil dos respondentes, incluindo gestores de diferentes setores e regiões. Além disso, estudos que explorem a relação entre a capacitação dos gestores e a performance financeira das MPMEs podem trazer resultados valiosos. A análise mais abrangente das práticas ESG e de outros conceitos contábeis, bem como sua aplicação nas MPMEs, também se apresenta como um campo promissor de pesquisa, com o objetivo de identificar estratégias que auxiliem na superação dos desafios enfrentados pelos empresários e contribuam para a longevidade dessas empresas.

Em suma, um dos principais méritos deste estudo reside na evidenciação da importância do conhecimento e aplicação pelos gestores de MPMEs do princípio da entidade e de elementos de governança corporativa na tomada de decisões, garantindo uma gestão mais efetiva e sustentável dos seus negócios

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Adriana Maria Procópio de; NETO, Alexandre Assaf. **Aprendendo Contabilidade**. Ribeirão Preto: Inside Books, 2010.

ARAÚJO, Marcelo Vigorito de *et al.* Análise do cumprimento do princípio da entidade em duas empresas prestadoras de serviços. **Research, Society And Development**, [S.L.], v. 9, n. 11, p. 1-25, 10 dez. 2020. Research, Society and Development. <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i11.10152>. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/10152/9563>. Acesso em: 28 jan. 2025.

BERTUCCI *et al.* Mecanismos de Governança e Processos de Sucessão: um estudo sobre a influência dos elementos da governança corporativa na orientação do processo sucessório em uma empresa familiar. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios - RBGN**, v. 11, n. 31, p. 152-167, 2025. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=94711694003>. Acesso em: 11 mar. 2025.

BISSANI, Letícia Gnach; MILANO, Lígia Kruger Bresolin. Fatores de sobrevivência de empresas familiares brasileiras que atravessam a terceira geração de sucessão. **Research, Society And Development**, [S.L.], v. 12, n. 12, p. 1-8, 21 nov. 2023. Research, Society and Development. <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v12i12.44112>. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/375967888_Fatores_de_sobrevivencia_de_empresas_familiares_brasileiras_que_atravessam_a_terceira_geracao_de_sucessao. Acesso em: 11 mar. 2025

BNDES - BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO. **Histórico das classificações do porte**. 2021. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/guia/porte-de-empresa>. Acesso em 20 fev. 2025.

BONA, André. **Saiba por que controle de finanças é tão importante**. André Bona, 2016. Disponível em: <https://andrebona.com.br/controle-de-financas/>. Acesso em: 28 nov. 2024.

BRASIL. Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis no 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei no 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar no 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis no 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999. Brasília: Diário Oficial da União, Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm. Acesso em: 01 fev. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Brasília: Diário da União, Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm. Acesso em: 01 fev. 2025.

BRASIL. Receita Federal. Ministério da Fazenda - Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil. **Perguntas e Respostas Pessoa Jurídica**. Brasília: Receita Federal, 2024. 843 p. Disponível em: <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/perguntas-e-respostas/ecf/2024-perguntas-e-respostas-da-pessoa-juridica.pdf/view>. Acesso em: 28 fev. 2025.

CALDERAN, André Mafra *et al.* ESG NO BRASIL: uma análise inicial sobre o conceito e a sua rápida disseminação. **Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação (EIGEDIN)**, v. 5, n. 1, 29 set. 2021.

CFC - CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC TG 1000 (R1): CONTABILIDADE PARA PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS**. Altera a NBC TG 1000 que dispõe sobre a contabilidade de pequenas e médias empresas. Brasília, 2016. Disponível em: [https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTG1000\(R1\).pdf](https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTG1000(R1).pdf). Acesso em: 02 dez. 2024.

CFC - CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC N.º 750**. Dispõe sobre os Princípios de Contabilidade (PC). Brasília, 1993. Disponível em: https://www.oas.org/juridico/portuguese/res_750.pdf. Acesso em: 02 dez. 2024

CHAGAS, José Ferreira. **Governança corporativa: aplicabilidade do conceito, dos princípios e indicadores à gestão de pequenas e médias organizações**. VIII Congresso Internacional de Custos, 2003.

COHN, Mike. **Passando a tocha**: como conduzir e resolver problemas de sucessão familiar. São Paulo: McGraw-Hill, 1991. 255 p.

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. **O mercado de valores mobiliários brasileiro**. 2014. 3ª ed. Rio de Janeiro: Comissão de Valores Mobiliários.

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. Resolução CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021. Altera a Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, e a Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009. Brasília: Diário da União, 2021. Disponível em <https://conteudo.cvm.gov.br/legislacao/resolucoes/resol059.html>. Acesso em: 01 fev. 2025.

DIAS, Maria Clara. **Cinco dados que comprovam a importância dos pequenos negócios para o Brasil**. 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/negocios/cinco-dados-que-comprovam-a-importancia-dos-pequenos-negocios-para-o-brasil/>. Acesso em: 29 jan. 2025.

FERREIRA, Luiz Felipe; ONZI, Sidineia Maria Delai. **Qual a melhor opção do ponto de vista gerencial-tributário para empresas tributadas com base no lucro real: destinação de lucros, pagamento de juros sobre o capital próprio ou pró-labore**. Revista Catarinense da Ciência Contábil, Santa Catarina, v. 5, n. 14, p. 35-50, 1 ago. 2006. Disponível em: <https://revista.crcsc.org.br/index.php/CRCSC/article/view/1161/1104>. Acesso em: 30 nov. 2024.

FILHO, Geraldo Alemandro Leite; OLIVEIRA, Letícia Lopes de. **Os motivos que influenciam a não aplicação do princípio da entidade pelos empresários do ramo de autopeças da cidade de Montes Claros – MG**. Enfoque: Reflexão Contábil, Maringá, v. 29, n. 1, p. 49-61, 10 ago. 2010. Universidade Estadual de Maringá. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3071/307126111005.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2024

FONTANA, Felipe. Técnicas de Pesquisa. In: MAZUCATO, Thiago (org.). **Metodologia da Pesquisa e do Trabalho Científico**. Penápolis: FUNEPE, 2018. p. 59-77. Disponível em: <https://saude.ufpr.br/epmufpr/wp-content/uploads/sites/42/2020/10/metodologia-pesquisa-trabalho-cientifico.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2024.

GERSICK, Kelin *et al.* **E a família (empresa), como vai?**: de geração para geração - ciclo de vida das empresas familiares. São Paulo: Negócios Editora, 1997. 308 p.

GUBITTA, Paolo; GIANECCHINI, Martina. Governance and Flexibility in Family-Owned SMEs. **Family Business Review**, [S.L.], v. 15, n. 4, p. 277-297, dez. 2002. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/227762583_Governance_and_Flexibility_in_Family-Owned_SMEs. Acesso em: 10 dez. 2024.

HALL, Rosemar José *et al.* CONTABILIDADE COMO UMA FERRAMENTA DA GESTÃO: um estudo em micro e pequenas empresas do ramo de comércio de dourados: ms. **Revista da Micro e Pequena Empresa**, Campo Limpo Paulista, v. 6, n. 3, p. 4-17, set. 2012. Disponível em: <https://www.cc.faccamp.br/ojs-2.4.8-2/index.php/RMPE/article/view/347>. Acesso em: 04 fev. 2025.

<https://exame.com/colunistas/carlo-pereira/esg-o-que-e-como-adotar-e-qual-e-a-relacao-com-a-sustentabilidade/>. Acesso em: 07 fev. 2025

IRIGARAY, Hélio Arthur Reis; STOCKER, Fabricio. ESG: novo conceito para velhos problemas. **Cadernos Ebape.Br**, [S.L.], v. 20, n. 4, p. 1-4, ago. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/YKyfRmPDHtGm3LG8jW6DQM/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 10 fev. 2025.

IUDÍCIBUS, Sérgio de *et al.* **Contabilidade introdutória: livro-texto**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Introdução à teoria da contabilidade para o nível de graduação**. 3.ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

LEONE, Nilda. A sucessão em PME comercial na região de João Pessoa. **Revista de Administração**, São Paulo, v.27, n.3, p.84-91, jul./set.1992. Disponível em: <https://biblioteca.ijsn.es.gov.br/Record/2888>. Acesso em: 02 mar. 2025

LIKERT, Rensis. **A TECHNIQUE FOR THE MEASUREMENT OF ATTITUDES**. Nova Iorque: Archives Of Psychology, 1932. 53 p. Disponível em: https://ia801806.us.archive.org/17/items/likert-1932/Likert_1932.pdf. Acesso em: 28 fev. 2025.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

MARION, José Carlos. **Contabilidade: pilares da contabilidade. Contabilidade Básica**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2020. Cap. 1, p. 7.

PEREIRA, Carlo. **O ESG é uma preocupação que está tirando seu sono? Calma, nada mudou**. 2020. Disponível em: <https://exame.com/colunistas/carlo-pereira/esg-o-que-e-como-adotar-e-qual-e-a-relacao-com-a-sustentabilidade/>

PIMENTEL, Andreia de Souza; FILHO, Geraldo Aleandro Leite. **Relação entre a execução e entendimento do princípio da entidade e o controle financeiro pessoal dos empresários de micro e pequenas empresas**. Revista Foco, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 27-48, jul. 2019.

PIRES, Mirian Albert; COSTA, Fábio Moraes da; HAHN, Aucilene Vasconcelos. Atendimento das necessidades de informação para a tomada de decisão em pequenas e médias empresas: análise crítica das informações geradas pela contabilidade frente aos seus objetivos : pesquisa exploratória no setor de confecções da glória-es. In: SIMPÓSIO FUCEPE DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA, 2., 2004, Vitória. **Anais [...]**. Vitória: Fucepe, 2004. p. 1-14. Disponível em: <https://congressospw.fipecafi.org/anais/artigos42004/416.pdf>. Acesso em: 04 fev. 2025.

PWC - PRICEWATERHOUSECOOPERS. **Pesquisa de empresas familiares 2023 - Transformar para Conquistar Confiança**: as empresas familiares precisam eleger novas prioridades para proteger seu legado. [S.L.]: Pricewaterhousecoopers, 2023. 20 p. Disponível em: https://www.pwc.com.br/pt/estudos/setores-atividades/empresas-familiares/2023/Family_Business_PUB_2023.pdf. Acesso em: 12 mar. 2025.

RAMOS, Gizele Martins; MARTINEZ, Antônio Lopo. **Governança corporativa. Revista Contemporânea de Contabilidade**, [S. l.], v. 3, n. 6, p. 143-164, 2008. DOI: 10.5007/%x. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/contabilidade/article/view/787>. Acesso em: 18 dez. 2024.

RODRIGUES, Maria Julia Faidiga. **A importância da governança familiar e corporativa para a sucessão em empresas familiares**. Migalhas, 2024. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/416501/governanca-familiar-pilar-para-a-sucessao-em-empresas-familiares>. Acesso em: 11 mar. 2025.

SANTOS, Lucas Maia dos; FERREIRA, Marco Aurélio Marques. **Risco de liquidez e condicionantes da gestão de capital de giro em micro e pequenas empresas**. Revista Economia & Gestão, [S.L.], v. 9, n. 21, p. 3-3, 19 dez. 2009. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/economiaegestao/article/view/P.1984-6606.2009v9n21p76>. Acesso em: 04 dez. 2024.

SARQUIS, Raquel Wille. **Afinal, o que se busca é comparabilidade ou uniformidade?** Revista Mineira de Contabilidade, [S.L.], v. 22, n. 2, p. 4-8, 20 ago. 2021. Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais. Disponível em: <https://revista.crcmg.org.br/rmc/article/view/1355/577828>. Acesso em: 04 dez. 2024.

SEBRAE - SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **A taxa de sobrevivência das empresas no Brasil**. 2023a. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/a-taxa-de-sobrevivencia-das-empresas-nobrasil,d5147a3a415f5810VgnVCM1000001b00320aRCRD>. Acesso em: 10 dez. 2024.

SEBRAE - SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. Anuário do Trabalho na Micro e Pequena Empresa. 2013. Disponível em: https://sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Anuario%20do%20Trabalho%20Na%20Micro%20e%20Pequena%20Empresa_2013.pdf. Acesso em: 03 fev. 2025.

SEBRAE - SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. Confira as diferenças entre micro empresa, pequena empresa e MEI. 2022. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/entenda-as-diferencas-entre-microempresa-pequena-empresa-e-mei,03f5438af1c92410VgnVCM100000b272010aRCRD>. Acesso em: 03 fev. 2025.

SEBRAE - SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. MPE FORAM RESPONSÁVEIS POR 80% DOS EMPREGOS CRIADOS NO BRASIL EM 2022. 2023b. Disponível em: <https://agenciasebrae.com.br/brasil-empREENDEDOR/oito-em-cada-dez-empregos-foram-gerados-nos-pequenos-negocios-em-2022/>. Acesso em: 03 fev. 2025.

SEBRAE - SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Pequenas e médias empresas cresceram o dobro do PIB de 2023, mostra índice.** 2024. Disponível em: <https://agenciasebrae.com.br/economia-e-politica/pequenas-e-medias-empresas-cresceram-o-dobro-do-pib-de-2023-mostra-indice/>. Acesso em: 10 dez. 2024.

SEBRAE - SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. Pequenos negócios em números. 2018. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/sp/sebraeaz/pequenos-negocios-em-numeros,12e8794363447510VgnVCM1000004c00210aRCRD>. Acesso em: 03 fev. 2025.

SILVA, Júnior Alves da *et al.* **A CONTABILIDADE COMO FERRAMENTA NO AUXÍLIO DA TOMADA DE DECISÕES DAS MICROEMPRESAS.** Caderno de Graduação - Ciências Humanas e Sociais - UNIT - SERGIPE, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 59, 2022. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/cadernohumanas/article/view/8133>. Acesso em: 12 dez. 2024.

SONZA, Igor Bernardi; KLOECKNER, Gilberto de Oliveira. **A Governança Corporativa Influencia a Eficiência das Empresas Brasileiras?** Revista Contabilidade & Finanças, [S. l.], v. 25, n. 65, p. 145-160, maio 2014. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1519-70772014000200005>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rcf/a/v4DMSYyNtFyNJWY3bRRqffC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 dez. 2024.

SOUZA, Andrea Brasil e; BAUER, Maristela Mercedes; COLETTI, Luciana. **A IMPORTÂNCIA DA GOVERNANÇA CORPORATIVA E DO CONTROLE INTERNO NA ÁREA CONTÁBIL.** Revista Gestão e Desenvolvimento, [S. l.], v. 17, n. 1, p. 148–174, 2020. DOI: 10.25112/rgd.v17i1.1723. Disponível em: <https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistagestaoedesenvolvimento/article/view/1723>. Acesso em: 18 dez. 2024.

YAMASAKI, Beatriz Maximo; SCATOLIN, Carolina Lanzini. ESG e compliance: benefícios de sua aplicação nas pequenas e médias empresas. **Revista FAPAD - Revista da Faculdade Pan-Americana de Administração e Direito**, Curitiba (PR), v. 3, p. e84, 2023. Disponível em: <https://periodicosfapad.emnuvens.com.br/gtp/article/view/84>. Acesso em: 25 fev. 2025.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO PARA GESTORES DE MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

A contabilidade como ferramenta no auxílio da gestão financeira de micro, pequenas e médias empresas (MPMES)

Seção 1 – Dados pessoais

- 1) Seu nome completo:
R:
- 2) Idade:
R:
- 3) E-mail:
R:
- 4) Digite a localização do seu negócio (estado)
R:

Seção 2 – Perfil pessoal do gestor

- 5) Qual seu nível de escolaridade?
 - a) Ensino Fundamental Incompleto
 - b) Ensino Fundamental Completo
 - c) Ensino Médio Incompleto
 - d) Ensino Médio Completo
 - e) Ensino Superior Incompleto/Cursando
 - f) Ensino Superior Completo
- 6) Caso você curse ou já tenha concluído o ensino superior, digite sua formação abaixo:
R:
- 7) Atualmente, qual o porte de sua empresa?
 - a) Microempresa
 - b) Pequena Empresa
 - c) Média Empresa
- 8) Há quanto tempo você é gestor desta empresa?
 - a) Até 2 anos
 - b) De 2 a 5 anos
 - c) De 6 a 10 anos
 - d) Mais de 10 anos
- 9) Sua empresa é familiar?

As empresas familiares podem incluir diversos membros da família, tanto na parte administrativa quanto como acionistas e membros da diretoria (SEBRAE, 2022).

 - a) Sim
 - b) Não
- 10) Qual a principal atividade de sua empresa?
 - a) Comércio
 - b) Serviços
 - c) Indústria
 - d) Agronegócio

Outro:
- 11) Sua empresa possui funcionários? Se sim, quantos?
 - a) Não possui funcionários
 - b) Sim, entre 1 e 10

- c) Sim, entre 11 e 50
- d) Sim, entre 50 e 99
- e) Sim, mais de 100 funcionários

Seção 3 – Perfil de gestão empresarial

12) Você possui um setor relacionado a sua contabilidade e/ou um escritório terceirizado para estas funções?

- a) Sim
- b) Não

13) Você costuma trocar informações e/ou fazer reuniões com seu setor/escritório contábil?

- a) Sim
- b) Não
- c) Não possuo setor/escritório contábil

14) Você acha que a contabilidade ajuda a identificar pontos fortes e fracos nas finanças da empresa?

- | | | | | |
|------------------------|--------------------------|-----------------------|--------------------------|------------------------|
| a) Discordo totalmente | b) Discordo parcialmente | c) Não possuo opinião | d) Concordo parcialmente | e) Concordo Totalmente |
|------------------------|--------------------------|-----------------------|--------------------------|------------------------|

15) Você costuma produzir relatórios do dia a dia de sua empresa?

- a) Sim, por meio de planilhas
- b) Sim, por meio de anotações manuais
- c) Sim, por meio de sistema interno
- d) Não costumo produzir nenhum tipo de relatório

16) Com que frequência estes relatórios são produzidos e/ou atualizados?

- a) Diariamente
- b) Semanalmente
- c) Mensalmente
- d) Trimestralmente
- e) Semestralmente ou período superior
- f) Não produzo relatórios

17) Você acha que as finanças da empresa devem ser tratadas de forma separada das finanças pessoais dos sócios?

- | | | | | |
|------------------------|--------------------------|-----------------------|--------------------------|------------------------|
| a) Discordo totalmente | b) Discordo parcialmente | c) Não possuo opinião | d) Concordo parcialmente | e) Concordo Totalmente |
|------------------------|--------------------------|-----------------------|--------------------------|------------------------|

18) Para você, a contabilidade pode influenciar positivamente nos resultados de sua empresa?

- | | | | | |
|------------------------|--------------------------|-----------------------|--------------------------|------------------------|
| a) Discordo totalmente | b) Discordo parcialmente | c) Não possuo opinião | d) Concordo parcialmente | e) Concordo Totalmente |
|------------------------|--------------------------|-----------------------|--------------------------|------------------------|

19) Você acredita que uma boa gestão financeira, apoiada pela contabilidade, ajuda a empresa a passar por períodos de crise?

- | | | | | |
|------------------------|--------------------------|-----------------------|--------------------------|------------------------|
| a) Discordo totalmente | b) Discordo parcialmente | c) Não possuo opinião | d) Concordo parcialmente | e) Concordo Totalmente |
|------------------------|--------------------------|-----------------------|--------------------------|------------------------|

20) Qual seu nível de conhecimento acerca do “termo princípio da entidade”?

Selecione de acordo com o nível, onde 0 é o nível mais baixo e 3 o nível mais alto.

- a) 0 b) 1 c) 2 d) 3

21) O patrimônio da empresa deve ser distinto do patrimônio dos sócios, ou seja, o CNPJ tem uma existência independente.

O trecho acima traz o conceito de "princípio da entidade". Você concorda que esse princípio reflete a realidade da forma de trabalho da sua empresa?

- a) Discordo totalmente b) Discordo parcialmente c) Não possui opinião d) Concordo parcialmente e) Concordo Totalmente

22) Qual seu nível de conhecimento sobre o termo *environmental, social and governance* (ambiental, social e governança ou ESG)?

Selecione de acordo com o nível, onde 0 é o nível mais baixo e 3 o nível mais alto.

- a) 0 b) 1 c) 2 d) 3

23) ESG é uma sigla em inglês para Ambiental, Social e Governança. Em resumo, ela mostra o quanto uma empresa se preocupa em reduzir seus impactos no meio ambiente, promover a justiça e responsabilidade social, e ter uma boa gestão interna.

O termo acima explicita a definição de ESG. O termo é amplamente difundido entre as maiores corporações do mundo. Você concorda que é possível aplicar esse conceito em micro, pequenas e médias empresas?

- a) Discordo totalmente b) Discordo parcialmente c) Não possui opinião d) Concordo parcialmente e) Concordo Totalmente

24) Desmembrando os três conceitos de ESG, temos Ambiental, Social e Governança. Marque abaixo seu nível de conhecimento acerca do conceito de **governança corporativa**.

Selecione de acordo com o nível, onde 0 é o nível mais baixo e 3 o nível mais alto.

- a) 0 b) 1 c) 2 d) 3

25) Governança corporativa é um conjunto de regras e processos que guiam e supervisionam as empresas para garantir que elas criem valor de forma sustentável, beneficiando a organização, seus donos e a sociedade. Ela ajuda a equilibrar os interesses de todos os envolvidos na empresa.

O trecho acima define **governança corporativa**. Você acredita que a adoção de boas práticas de governança corporativa contribui para a melhoria da transparência e confiança nas decisões empresariais?

- a) Discordo totalmente b) Discordo parcialmente c) Não possui opinião d) Concordo parcialmente e) Concordo Totalmente

26) Sucessão empresarial é quando o proprietário de uma empresa passa a responsabilidade de cuidar dela para outra pessoa de confiança, para garantir que a empresa continue funcionando bem.

Você acredita que a sua empresa está preparada para uma sucessão empresarial sem dificuldades?

- | | | | | |
|------------------------|--------------------------|-----------------------|--------------------------|------------------------|
| a) Discordo totalmente | b) Discordo parcialmente | c) Não possuo opinião | d) Concordo parcialmente | e) Concordo Totalmente |
|------------------------|--------------------------|-----------------------|--------------------------|------------------------|

27) Você acha que seguir regras simples de governança corporativa pode melhorar o gerenciamento da sua empresa?

- | | | | | |
|------------------------|--------------------------|-----------------------|--------------------------|------------------------|
| a) Discordo totalmente | b) Discordo parcialmente | c) Não possuo opinião | d) Concordo parcialmente | e) Concordo Totalmente |
|------------------------|--------------------------|-----------------------|--------------------------|------------------------|

28) Você considera que o uso de boas práticas contábeis, alinhadas ao princípio da entidade, é fundamental para o crescimento sustentável da sua empresa?

- | | | | | |
|------------------------|--------------------------|-----------------------|--------------------------|------------------------|
| a) Discordo totalmente | b) Discordo parcialmente | c) Não possuo opinião | d) Concordo parcialmente | e) Concordo Totalmente |
|------------------------|--------------------------|-----------------------|--------------------------|------------------------|

29) Você acha que uma boa organização das finanças da empresa ajuda a tomar decisões mais claras sobre o futuro do negócio?

- | | | | | |
|------------------------|--------------------------|-----------------------|--------------------------|------------------------|
| a) Discordo totalmente | b) Discordo parcialmente | c) Não possuo opinião | d) Concordo parcialmente | e) Concordo Totalmente |
|------------------------|--------------------------|-----------------------|--------------------------|------------------------|

30) Você acredita que a transparência nas decisões da empresa, como recomenda a governança corporativa, é importante para ganhar a confiança dos funcionários e parceiros?

- | | | | | |
|------------------------|--------------------------|-----------------------|--------------------------|------------------------|
| a) Discordo totalmente | b) Discordo parcialmente | c) Não possuo opinião | d) Concordo parcialmente | e) Concordo Totalmente |
|------------------------|--------------------------|-----------------------|--------------------------|------------------------|

31) Você considera que a boa organização financeira contribui para o sucesso a longo prazo da empresa?

- | | | | | |
|------------------------|--------------------------|-----------------------|--------------------------|------------------------|
| a) Discordo totalmente | b) Discordo parcialmente | c) Não possuo opinião | d) Concordo parcialmente | e) Concordo Totalmente |
|------------------------|--------------------------|-----------------------|--------------------------|------------------------|

32) Você acredita que um bom controle financeiro, com base em contabilidade, pode ajudar a evitar dívidas desnecessárias na empresa?

- | | | | | |
|------------------------|--------------------------|-----------------------|--------------------------|------------------------|
| a) Discordo totalmente | b) Discordo parcialmente | c) Não possuo opinião | d) Concordo parcialmente | e) Concordo Totalmente |
|------------------------|--------------------------|-----------------------|--------------------------|------------------------|